TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
COSIP	DESONERAÇÕES	Ficam isentos da Contribuição os contribuintes vinculados às unidades consumidoras classificadas como "tarifa social de baixa renda" pelo critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	43,75	45,39	47,09	Já considerada na projeção de receita (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)
ISS	DESONERAÇÕES	Art. 15 da Lei nº 13.701, de 24/12/03, c/c a Lei nº 14.865, de 29/12/08 - SUP	935,55	994,90	1.058,01	Já considerada na projeção de receita (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)
ISS	BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS	Art. 6º da Lei nº 15.413, de 20/07/11	40,00	40,00	41,50	Já considerada na projeção de receita (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)
IPTU	POTENCIAL ARRECADATÓRIO MÁXIMO	Art. 150, VI da Constituição Federal	916,90	953,58	989,33	Já considerada na projeção de receita (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)
ISS	POTENCIAL ARRECADATÓRIO MÁXIMO	Art. 150, VI da Constituição Federal	1.883,67	2.003,16	2.130,24	Já considerada na projeção de receita (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)
TOTAL			10.893,61	11.372,49	11.883,14	

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	1.602.250.218,80
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	51.928.717,03
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.550.321.501,78
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.550.321.501,78
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.381.648.111,94
Novas DOCC	1.381.648.111,94
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	168.673.389,84

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

ANEXO III – METAS E PRIORIDADES

(Art. 137, parágrafo 2º da Lei Orgânica do Município de São Paulo)

Tendo em vista que o Programa de Metas é o instrumento que organiza, de forma clara e transparente, as prioridades da Prefeitura nos quatro anos de mandato, contemplando as prioridades de uma gestão nos termos da Lei Orgânica do Município (Artigo 69-A), é fundamental considerar, na presente peça de planejamento orçamentário – a LDO –, a influência daquele instrumento, para elaboração do rol de suas Metas e Prioridades, agora com o viés da arquitetura orçamentária para o ano de 2020 no Município.

Nesta LDO de 2020, portanto, também haverá a materialização da intensa interlocução, iniciada no ano de 2017, entre a Secretaria Municipal da Fazenda (SF) – responsável pela elaboração e monitoramento do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – e a Secretaria do Governo Municipal (SGM)1 – responsável pelas mesmas atribuições no que diz respeito ao Programa de Metas – com vistas à integração e compatibilização entre todas as peças e instrumentos de planejamento, gestão e orçamento do Município, proporcionando uma atuação mais certa na resolução de demandas da sociedade. Reforça-se, assim, a situação idiossincrática do Município de São Paulo ao contar com dois instrumentos de planejamento: Programa de Metas e PPA.

Importante destacar que esta lógica de construção do Anexo 1 – Metas e Prioridades da LDO, tendo por base o Programa de Metas, foi aplicada desde o ciclo de planejamento municipal anterior, que se iniciou no ano de 2013. A correlação entre os dois instrumentos de planejamento governamental, diga-se, encontra fundamento no fato de ambos indicarem prioridades da gestão.

Assim, o primeiro ano de cada gestão no Município de São Paulo é caracterizado pela inauguração de um novo ciclo de planejamento, momento em que a Administração Municipal direciona-se para a construção, no primeiro semestre, do Programa de Metas, e, no segundo semestre, do Plano Plurianual (casos de 2013 e 2017). Nesses anos iniciais, contudo, tem-se um vácuo em termos do PPA de referência, pois este instrumento que norteará as ações da Administração Pública para os quatro anos vindouros só será confeccionado no segundo semestre do mesmo exercício. Assim, a LDO, a ser entregue ao Poder Legislativo até o dia 15 de abril, toma por base o outro instrumento de planejamento da Administração Municipal: o Programa de Metas, inclusive nos dois anos subsequentes.

1 Desde fevereiro de 2019, nos termos da Lei nº 17.068/2019. Anteriormente, a interlocução da Secretaria da Fazenda para assuntos referentes ao Programa de Metas era com a Secretaria Municipal de Gestão.

Entretanto, tal situação também é criada no último exercício de uma gestão, como no caso presenciado em 2016 e a ser provavelmente reeditado em 2020. Nestes anos, novamente no mês de abril, o Poder Executivo submeterá à apreciação pelo Legislativo da LDO do ano subsequente (2017 e 2021, nos casos citados), no qual não há Programa de Metas de referência, uma vez que este é elaborado justamente no primeiro semestre de uma nova gestão. Deste modo, utiliza-se como referência, para fins de construção do Anexo 1 de que aqui se trata, o PPA que estará em seu último ano de vigência e que foi influenciado pelo Programa de Metas até então vigente, o que demonstra a mutualidade existente entre os instrumentos.

Portanto, pode-se afirmar que a lógica acima descrita é retrato da existência de dois instrumentos de planejamento e que direcionam as ações na Cidade de São Paulo, com um deslocamento temporal de um ano entre si, bem como pelo próprio lapso temporal nas datas de elaboração e entrega ao Poder Legislativo de LDO e PPA. Quanto a este último ponto, frisa-se que existem propostas legislativas que visam mitigar os efeitos deste descompasso temporal, como é o caso do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009, que, no parágrafo primeiro de seu artigo 9º, torna as datas de encaminhamento do PPA e da LDO coincidentes no dia 30 de abril (lembrando da diferença temporal existente entre tais instrumentos no Governo Federal e no Município de São Paulo, o que tornaria necessária uma adaptação à realidade municipal).

Assim, torna-se imprescindível que ambos os instrumentos – Programa de Metas e PPA – estejam o mais integrados e coerentes possível entre si, de modo a não haver qualquer obscuridade ou lacuna em termos de planejamento e orçamento municipais. A LDO só reforça esse vínculo, para além da exigência legal, com vistas a dar efetividade às políticas públicas municipais.

Não obstante tal realidade, na medida em que o PPA ganhe maior importância e efetividade perante as ações em curso na Secretaria Municipal da Fazenda, bem como as inovações legislativas supramencionadas se destaquem, a tendência natural é que a LDO se baseie, formalmente, nas diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal, destacados no PPA.

Feitas as explicações quanto ao quadro estrutural de elaboração do presente Anexo 1 – Metas e Prioridades, apresentam-se, na sequência, as Metas e Prioridades para a Administração Pública Municipal capturadas por meio de um recorte temporal do Programa de Metas para o exercício de 2020.

Objetivo Estratégico	Metas	Total 2020 Projetos
Melhorar a mobilidade de pedestres	Construir e recuperar 750.000 m² de calçadas promovendo a qualidade, acessibilidade e segurança	200.000.000,00
Melhorar a infraestrutura das vias públicas	Recapear 1.800.000 m² de vias públicas	377.600.000,00
	Realizar inspeção especial em 142 pontes, viadutos, passarelas e/ou túneis	
	Recuperar 47 pontes, viadutos, passarelas e/ou túneis	
Revitalizar parques, praças e canteiros centrais	Recuperar 60 praças, canteiros centrais e remanescentes	209.340.416,00
	Revitalizar 34 parques	
Implantar estrutura turística na região central da cidade conhecida como Triângulo Histórico	Implantar estrutura turística na região central da cidade conhecida como Triângulo Histórico	17.798.131,62
Reduzir áreas inundáveis da cidade	Reduzir em 12,6% (2,77 km²) as áreas inundáveis (*)	457.759.129,74
Melhorar o transporte público	Implantar 9,3 km de novos corredores de ônibus	159.370.000,00
	Requalificar 30,7 km de corredores ou faixas exclusivas de ônibus, incluindo manutenção das paradas	
	Requalificar 1,2 km da Avenida Santo Amaro com obras de urbanização envolvendo alargamento de vias, reforma de calçadas e pavimento das vias	
Conectar e requalificar a rede cicloviária	Implantar 135,22 km de infraestrutura cicloviária (ciclovias ou ciclofaixas)	221.245.418,83
	Requalificar 160,89 km de infraestrutura cicloviária	
Reduzir a vulnerabilidade na primeira infância	Atender, conforme padrão, a 80% do total das crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade nos 10 distritos mais vulneráveis	9.304.386,01
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil para 10,7 óbitos por mil residentes menores de um ano	
	Ampliar 15.157 vagas em creche	
Reduzir o número de usuários de drogas em logradouros públicos	Reduzir em 50% o número de usuários de drogas em logradouros públicos	115.565.522,50
	Criar 300 novas vagas para atendimento humanizado em saúde e assistência social especificamente para pessoas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas	
Reduzir os imóveis sem titulação fundiária	Beneficiar 160 mil famílias por procedimentos de regularização fundiária (*)	130.610.282,78
Beneficiar a população com unidades habitacionais	Entregar 21 mil unidades habitacionais (*)	714.438.712,79
Promover urbanização integrada em assentamentos precários	Beneficiar 10 mil famílias com obras de urbanização em assentamentos precários (*)	457.000.000,00
Revitalizar unidades escolares, de saúde, de cultura e de esportes e lazer	Reformar ou reequipar 575 unidades escolares	237.948.101,82
	Reformar ou reequipar 256 unidades de saúde	
	Revitalizar 14 equipamentos de cultura	
	Revitalizar 20 equipamentos sob a gestão da Secretaria de Esportes e Lazer	
	Implementar internet de alta velocidade em 100% das unidades escolares (374 EMEFs com internet de alta velocidade)	
Criar novos equipamentos de educação e saúde	Entregar 12 CEUs	240.368.228,70